

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

O Globo

Título: Governo adia publicação de decreto para vender Eletrobras 3

O Estado de S. Paulo

Título: Congresso resiste e Moreira não publica decreto sobre Eletrobrás 6

Título: Ex-ministro pede que secretário fique em ministério6

Folha de S. Paulo

Título: Gasolina com fogo 13

Título: Temer busca reagir a cerco e diz que crítica não incomoda 14

Título: Decreto sobre privatização gera curto-circuito no governo 18

Título: 'Sem dinheiro na Eletrobrás, apagão vai ser inevitável' 20

Correio Braziliense

Título: Futuro da Eletrobrás ainda indefinido 23

Valor Econômico

Título: Governo e Congresso não se entendem sobre decreto da Eletrobrás 25

Título: Ações mostram ceticismo maior no mercado com operação 27

Título: Brasil recebe 18% de todo investimento global da Iberdrola 35

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....3

Título: Governo adia publicação de decreto para vender Eletrobras 3

Título: 'Estudamos oportunidades de aquisição no Brasil' 4

Título: Prioridade fora da pauta 5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Congresso resiste e Moreira não publica decreto sobre Eletrobrás	6
Título: Energia – atenção para não perder o bonde	8
Título: Projeto prevê mudança em lei ambiental	11
Título: EUA devem fixar cota para aço brasileiro	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Gasolina com fogo	13
Título: Temer busca reagir a cerco e diz que crítica não incomoda	14
Título: Brasil terá de aceitar cotas para ficar isento de sobretaxa do aço, dizem EUA	16
Título: Combustível no Brasil tem alta com tensão síria	18
Título: Decreto sobre privatização gera curto-circuito no governo	18
Título: 'Sem dinheiro na Eletrobrás, apagão vai ser inevitável'	20
VEÍCULO: Correio Braziliense	23
Título: Futuro da Eletrobrás ainda indefinido	23
VEÍCULO: Valor Econômico	24
Título: EUA querem estabelecer cotas para aço do Brasil	24
Título: Governo e Congresso não se entendem sobre decreto da Eletrobrás	25
Título: Ações mostram ceticismo maior no mercado com operação	27
Título: Privatização é primeiro teste de novo ministro na política	29
Título: ANP amplia oferta de áreas sem procura	30
Título: Coral ameaça renovação da Bacia de Campos	31
Título: Espécie disputa com javali e mexilhão o título de invasor mais prejudicial	33
Título: Órgãos preparam revisão da norma que regula retirada de equipamentos	34
Título: Brasil recebe 18% de todo investimento global da Iberdrola	35
Título: Grupo espanhol planeja aplicar no país R\$ 1,3 bilhão em smart grid	37
Título: Petrobras já investiu US\$ 1,5 bilhão para recompor área de exploração	39
Título: Estatal elogia nova regra de conteúdo local da ANP	41
Título: Usiminas Mecânica leva contrato da Gerdau	42
Título: Trump cogita elevar a mistura de etanol na gasolina nos EUA	43
Título: Grupo Delta Energia cria gestora voltada ao setor	45

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura E Bárbara Nascimento****Título: Governo adia publicação de decreto para vender Eletrobras**

Anúncio feito por Moreira Franco gera desconforto no Congresso.

Diante da reação negativa do Congresso, o governo recuou e não publicou ontem o decreto do presidente Michel Temer que incluiria oficialmente a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização (PND). Esse passo permitiria à empresa e ao BNDES contratarem os estudos necessários para a privatização. A publicação havia sido anunciada anteontem pelo novo **ministro de Minas e Energia Moreira Franco**, ao assumir a pasta. A fala de Moreira acirrou os ânimos de parlamentares, que procuraram o Palácio do Planalto para saber detalhes do documento. Segundo o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a resposta foi que não haveria decreto neste momento nem previsão de quando seria a publicação. Deputados viram o anúncio de Moreira como uma afronta à Câmara, já que o governo deixou acertado que a privatização da empresa será discutida por meio de um projeto de lei que está sob a análise de uma comissão especial. Um passo que reforçou o mal estar com a nomeação de Moreira para a pasta. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já havia afirmado que a escolha dele prejudicava a articulação do governo para aprovar a privatização da Eletrobras no Legislativo.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, tentou acalmar os ânimos dizendo que não há intenção do governo de atropelar o Legislativo: — Não queremos, de forma nenhuma, que o decreto pareça uma forma de ultrapassar a opinião do Congresso. Ele deve ser publicado, mas de forma que isso seja garantido. Inicialmente, após a reunião ministerial convocada pelo presidente Michel Temer, a pergunta sobre a Eletrobras havia sido direcionada ao ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Ele, no entanto, não sabia da suspensão da publicação do decreto. Coube a Marun pegar o microfone para dizer que houve uma “confusão”. — O governo quer a capitalização da Eletrobras, mas fará isso em parceria, em sintonia com o Congresso Nacional. Nós não temos a ideia de fazer isso sem que isso seja deliberado no Congresso Nacional — disse o ministro responsável pela articulação política do governo.

RELATOR MINIMIZA EPISÓDIO

O decreto de Temer é um passo formal no processo de privatização, que permite avançar nos estudos técnicos necessários para a capitalização da

Eletrobras (que vai diluir a participação do governo até eliminar o controle estatal). Aguardado desde dezembro, é o passo seguinte à medida provisória que revogou o trecho de uma lei de 2004 que proibia a inclusão da estatal e subsidiárias no PND. O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator da privatização da Câmara, no entanto, minimizou a importância do decreto:

— Entendo que há um projeto de lei em andamento e uma medida provisória. Não há como se resolver esse assunto em um decreto. Sem o projeto, a Eletrobras não será reestruturada. Ele (decreto) se antecipa a algo que está sendo discutido no Congresso. Se fosse necessário, tudo bem, mas não é — disse Aleluia, acrescentando que deve apresentar seu relatório no início de maio. O deputado admitiu a possibilidade de levar o projeto diretamente ao plenário da Câmara se não houver disposição para discutir o assunto na comissão especial. Para isso, é necessário aprovar um requerimento de urgência que exige pelo menos 257 votos a favor.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Daiane Costa

Título: 'Estudamos oportunidades de aquisição no Brasil'

Corpo a Corpo - José Ignacio Galán

O presidente mundial da Iberdrola, dona da Neoenergia, diz estar de olho na privatização da Eletrobras, mesmo com incerteza eleitoral

BILBAO - Controladora da Neoenergia, maior distribuidora de energia do Brasil (abastecendo 40 milhões de pessoas), a Iberdrola estuda oportunidades de negócios no país, como as que podem surgir no processo de privatização da Eletrobras, mesmo com o cenário incerto das eleições. É o que diz o presidente mundial do grupo espanhol, José Ignacio Galán, que pretende investir R\$ 24 bilhões até 2022 no Brasil.

Está em discussão no Brasil uma reforma do setor elétrico. Na sua opinião, o que deveria mudar?

Falar agora, a cinco meses das eleições... Vamos esperar o novo presidente. A Aneel tem regras claras, e as respeitamos. As revisões tarifárias são feitas de forma transparente. A prioridade do Brasil agora não é mudar o modelo.

O resultado das eleições pode mudar planos de investimentos no Brasil?

Reitero que nosso compromisso é com os brasileiros, não com o governo. O Brasil passou pela maior crise de sua história. Mas, nesta manhã (ontem), reunido com meu Conselho, fiquei muito contente porque as agências ratificaram o rating do Brasil (nesta semana, uma das agências melhorou a perspectiva da nota). Apesar do ano eleitoral, as agências acreditam no Brasil. Nós negociaremos com qualquer governo que for eleito. Nosso compromisso com o país está intacto.

Há intenção de fazer novas aquisições no país?

Estudaremos as oportunidades e sempre estamos abertos. Em 2017, houve leilões para linhas de transmissão e renováveis, e ganhamos vários projetos. Seguiremos nessa linha. Vai haver uma série de oportunidades com a privatização da Eletrobras, e, por certo, as estudaremos. Não somos especuladores financeiros. Estamos há 120 anos nos dedicando a produzir, distribuir e vender energia.

Houve nova mudança na pasta de Minas e Energia...

Do Brasil, conheci sete, oito ministros de Minas e Energia e diferentes presidentes. Faz parte. Respeitamos quem os cidadãos elegem.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Ricardo Tripoli

Título: Prioridade fora da pauta

Não bastasse o caso de Barcarena (PA), onde nascentes amazônicas foram infectadas por rejeito de bauxita, dias depois 300 toneladas de minério atingiram rios em Santo Antônio do Gramma (MG), trazendo de volta o fantasma de Mariana. A recorrência desses desastres ambientais de grande monta, e sua repercussão modesta, revela como o meio ambiente perdeu relevância no debate público. Mais que falta de apelo, o tema perdeu influência e sustentação política no Brasil. É tanta urgência no país, recessão, violência e corrupção, que o meio ambiente tem sido tratado como perfumaria. O curioso é que há pouco o tema era central no soft power brasileiro, núcleo de nossa influência e prestígio internacionais. Quando foi que o Estado brasileiro virou as costas ao tema? Teria a sociedade perdido o interesse por ele?

Neste 2018 de tantas expectativas, para onde vai a agenda ambiental? A deriva do tema não deixa de ser uma contradição na era dos carros elétricos, das energias renováveis e das éticas de consumo consciente e proteção animal. Quanto mais arraigada a conscientização, menos apelo a causa parece

despertar. O fato é que o projeto nacional de desenvolvimento sustentável, se é que havia um, fracassou. Restou um compêndio de boas intenções irrealizadas, revelando a incapacidade do país de administrar o próprio patrimônio natural. Embora a proteção ambiental seja cláusula pétrea, entra ano e sai ano, eleição após eleição, e nenhum partido foi capaz de oferecer à sociedade um programa à altura. Ao contrário, na eleição abundam as platitudes e a retórica infantilizada. Enquanto isso, no Brasil real, a combinação de uso predatório dos recursos, abrandamento normativo e sucateamento do aparato fiscalizatório vai tecendo em silêncio novos retrocessos.

A colonização degradante dos remanescentes naturais institucionalizou-se. O vazio estatal gera a ilegalidade, que leva ao crime, e este à violência, criando o ambiente ideal para a pilhagem de riquezas naturais e para a degradação. O fato é que todos temos responsabilidade. Nem só com vitimização se explica a fragilidade da ação ambiental. As pessoas devem se reorganizar, pois a relevância do tema para os governos depende do poder de persuasão e de pressão do cidadão. O caso da Renca, quando tentou-se liberar a exploração mineral na Amazônia, mostrou que o eclipse da mobilização ambiental pode sim ser revertido. Se a sociedade diz “basta!”, governo algum vai adiante.

A turma do consumo consciente, da economia solidária, da proteção animal, os que trocaram o carro pela bicicleta e os que separam o lixo voluntariamente, entre tantos na multidão anônima de indivíduos conscientes e responsáveis, formam o coração do ativismo ambiental no século XXI. O tema jamais terá prioridade sem a ação ecumênica e pluripartidária de todos. Faço essas considerações pois um candidato à Presidência já defendeu que o Ministério do Meio Ambiente seja anexado ao da Agricultura e Pecuária. Para meu espanto, foram tímidos os protestos contrários. Mais uma década assim, no ritmo dos últimos 15 anos, e faremos um mal irreversível ao país. Estaremos mais pobres, mais desiguais, mais conflagrados, com recursos e possibilidades menores. Ou a sociedade encara 2018 como um ponto de virada na agenda ambiental, ou sabe-se lá que futuro nos espera.

Ricardo Tripoli é deputado federal (PSDB-SP)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / Carla Araújo / Fabrício de Castro

Título: Congresso resiste e Moreira não publica decreto sobre Eletrobrás

Medida de novo ministro que seria anunciada ontem incluiria a Eletrobrás no Programa de Desestatização.

Primeira medida anunciada pelo novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, a publicação do decreto incluindo a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização, que deveria ter ocorrido ontem, não saiu. A iniciativa, que apenas daria respaldo à contratação de estudos econômicos para a privatização, não ocorreu por resistência do Congresso Nacional, segundo informou o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

Esse problema foi confirmado pelo relator do projeto de lei que regula a privatização, deputado José Carlos Aleluia (DEMBA). “O decreto se antecipa a uma discussão em curso no Congresso”, disse. Ele acrescentou que a privatização da Eletrobrás não será aprovada nem na Câmara, nem no Senado, sem que sejam estabelecidas as devidas ressalvas ao processo.

Por exemplo, sobre como fica o projeto de transposição do Rio São Francisco, como será a descotização (troca do regime atual de preços baixos por um sistema de preços de mercado), e se inclui a golden share (ação que daria poder de veto à União em temas delicados). E tudo isso ainda está em aberto, a ser regulado pelo projeto que ele relata.

A desistência de publicar o decreto foi tão repentina que pegou de surpresa o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Ao conceder uma entrevista após a reunião do presidente Michel Temer com seu novo ministério, ele chegou a dizer que o decreto havia sido publicado. Ao seu lado, Marun confirmou que o decreto não saía por causa de uma “confusão”.

“Não queremos de forma nenhuma que ele (decreto) pareça uma forma de ultrapassar aquilo que é importante que é a posição do Congresso sobre o assunto”, disse. Conta. Guardia reafirmou a importância da privatização. “A Eletrobrás, como venho dizendo todo dia, é uma prioridade do governo”, afirmou.

Ele explicou que, apesar de os R\$ 12 bilhões estimados com a privatização já estarem na programação orçamentária “numa conta de reserva”, caso ela não ocorra não será necessário nenhuma medida adicional do ponto de vista orçamentário. “A discussão de capitalização da Eletrobrás vai muito além de eventual impacto positivo fiscal em 2018. Estamos falando em oferta de energia elétrica para evitar gargalos.

Precisamos de uma Eletrobrás capitalizada e forte”, disse Guardia. Na reunião ministerial, Temer pediu esforço redobrado para aprovar as matérias de interesse do governo que estão no Congresso. Ontem mesmo, Guardia chamou Aleluia para discutir a privatização. “Quero saudar o ministro por ter tomado a iniciativa de ter feito o convite”, disse o parlamentar.

Ontem pela manhã, na reunião ministerial, o presidente Michel Temer pediu à equipe esforço redobrado para aprovar as matérias de interesse do governo no Congresso. Aleluia vinha se queixando de um abandono do projeto da Eletrobrás. “O projeto estava órfão”, disse. “Agora o governo sinaliza o desejo de caminhar”. O governo, repetiu Aleluia, precisa motivar seu time. Hoje, disse, a comissão tem “três a favor, dois contra e a maioria ausente”, o que impede o debate.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Ex-ministro pede que secretário fique em ministério

O ex-ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho (DEMPE) fez um apelo para que o secretário de Mineração da pasta, Vicente Lôbo, permanecesse no cargo. “Pedi para ele ficar para terminar a regulamentação do Código de Mineração e da Agência Nacional de Mineração (ANM)”, disse Coelho Filho, que voltou para a Câmara. Lôbo foi escolhido por Coelho Filho e estava no MME desde maio de 2016.

Ele já tinha apresentado pedido de demissão ao novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, e indicado para sua sucessão na pasta a diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração (DDSM), Maria José Gazzi Salum. Moreira Franco também havia pedido para Lôbo permanecer, uma vez que sua escolha foi mal vista pelo mercado, que esperava a nomeação do ex-secretário executivo Paulo Pedrosa para o MME, um dos maiores entusiastas da privatização da Eletrobrás.

A manutenção da maior parte da equipe seria uma forma de passar a mensagem de continuidade. Mas o pedido de Coelho Filho foi fundamental para a decisão de Lôbo. “Pela credibilidade e aceitação que temos no mercado, pelo trabalho realizado, vamos tentar vencer as dificuldades”, afirmou Lôbo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Espaço aberto

Autor: Washington Novaes

Título: Energia – atenção para não perder o bonde

E prossegue a verdadeira revolução no setor de energias. Agora, anuncia a Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio do Instituto Humanitas Unisinos (10/4), que “a energia solar agregou mais capacidade de geração elétrica que o setor de combustíveis fósseis em 2017”.

A publicação ONU Meio Ambiente informa em Tendências globais no investimento em energias renováveis 2018 que a energia solar atraiu muito mais investimento que no ano anterior: US\$ 160,8 bilhões, ou 18% mais. Um investimento também “maior que o registrado em qualquer outra tecnologia” (Unisinos.br, 10/4/2018). A força principal nesse avanço veio da China, com aumento de 58% em relação ao ano anterior – US\$ 86,5 bilhões, ou 53 gigawatts (GW).

Esse investimento dominou a nova capacidade no setor, assim como os investimentos globais. Passou-se para 98 GW. E outras fontes renováveis agregaram 59 GW – a carvão (35 GW), gás (38 GW), petróleo (3 GW), energia nuclear (11 GW). As aplicações em grandes hidrelétricas – US\$ 2.789,8 bilhões – foram maiores do que as destinadas a novas geradoras a carvão e gás, que tiveram US\$ 103,8 bilhões em investimentos. Os custos decrescentes das energias eólica e solar, segundo o relatório, continuam impulsionando os investimentos.

O ano de 2017 foi o oitavo consecutivo em que os investimentos mundiais em energias renováveis excederam US\$ 200 bilhões. Desde 2004 já foram investidos US\$ 2,9 trilhões nessas fontes de energia. É um panorama em que a informação nesse setor é vital, pode determinar a boa ou má sorte de um empreendimento. A corrida em muitos municípios pode levar também a resultados adversos – na geração ou ampliação de empregos e da renda, no aumento do PIB municipal e na arrecadação de impostos.

Há fatores a serem observados: empregos nessas circunstâncias costumam ser temporários. Na preparação dos solos, nas obras civis e na montagem dos equipamentos é mobilizado um razoável número de trabalhadores temporários – embora empresas com atuação regional tragam seus próprios trabalhadores para atuar de 12 a 18 meses; em prazo bem menor, a regra é que fiquem de 6 a 15 pessoas (heitorscalambrini@gmail.com).

Preocupação adicional está em questões específicas para cada setor, principalmente quanto à preservação de florestas nativas. “O modelo predominante de expansão da geração eólica no Brasil”, segundo o professor Heitor Scalabrini (7/4/2018), “e a instalação de grande quantidade de aerogeradores (o que pressupõe grandes superfícies de terras nas mãos das empresas) pode significar preocupação com áreas preservadas por usinas solares e eólicas”.

Até porque há certa preocupação com usinas solares e térmicas; ao fim de 12 a 18 meses, a operação das usinas será feita por poucos trabalhadores qualificados; e a geração de renda fica para proprietários que arrendam terras para as torres. Mas em muitas delas o ganho é pequeno para o agricultor

arrendatário. Em regiões montanhosas os trabalhos e os equipamentos podem levar ao desmatamento. Em muitos lugares do Nordeste, principalmente, esse tipo de problema tem sido frequente.

E tem levado até à rejeição total do projeto, como aconteceu recentemente em Bonito, ou em Brejo da Madre de Deus, ambos no Estado de Pernambuco, onde foi rejeitada uma usina eólica que poderia conduzir a desmatamento, com prejuízo para a retenção de água destinada ao abastecimento local. De qualquer forma, muitos fatores têm de ser considerados.

Um ranking nacional solar fotovoltaico desenvolvido pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) indica que o Estado de Minas Gerais o lidera, com 50,7 megawatts (MW), ou 24,3% da potência instalada no País, seguido pelo Rio Grande do Sul com 30,2 MW (14,5%), São Paulo (26,8 MW ou 12,8%), Ceará (12,8 MW ou 6,2%) e Santa Catarina (12 MW ou 5,8%).

Embora esteja fora desse ranking, o Estado de Goiás em um ano quadruplicou a geração distribuída de energia, em que o consumidor-gerador recebeu crédito pela produção excedente. Passou de 2 mil quilowatts em fevereiro de 2017 para 8,5 mil um ano depois, especialmente com a geração de energia solar fotovoltaica (O Popular, 25/3). Residências, indústrias e empresas diversas investiram para reduzir suas contas de luz.

Ainda em Goiás, um grande projeto da Unievangélica, que anunciou na semana passada que terá a maior usina solar urbana do País (1.885 megawatts/hora produzidos por placas, que permitirão economia anual de R\$ 1 milhão, a partir de 2019. O retorno do investimento é calculado em até oito anos).

De acordo com a Bloomberg, a energia solar é a que mais se tem destacado no mundo nos últimos tempos, pela expansão (US\$ 160 bilhões em 2017, ou 18% mais que no ano anterior); 48% de todo o investimento em energia limpa é feito nesse setor. No Brasil o investimento em 2017 foi de US\$ 6,2 bilhões, ou 10% mais que em 2016. E 48% de todo o investimento mundial em energia limpa é realizado na área da energia solar.

A expansão no Brasil para chegar a um gigawatt com projetos de energia solar fotovoltaica conectados na matriz elétrica significa potência suficiente para abastecer 500 mil residências no País ou o consumo de 2 milhões de pessoas. Até 2024, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 1,2 milhão de geradores deverão ser instalados em casas e empresas em todo o País, representando 15% da matriz energética.

O mercado de energia fotovoltaica deverá movimentar cerca de R\$ 100 bilhões. Sem falar que o País já tem mais de 500 parques eólicos (Eco21, dezembro-

2017). O número de microgeradores e a microgeração de energia já superou 17 mil conexões. É mesmo uma revolução. Quem não estiver atento perderá o bonde. Ou se atrasará.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / Brasília e Giovana Girardi

Título: Projeto prevê mudança em lei ambiental

Texto que será levado ao Congresso restringe demarcação de terra indígena, muda compensações e atribuições de Estados e municípios

O processo de licenciamento ambiental do País está em vias de passar por mudanças profundas, com o avanço no Congresso de um projeto de lei encampado pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA).

A nova versão do texto, que deve ser levada à votação no plenário da Câmara nos próximos dias, carrega pelo menos três propostas polêmicas: impõe restrições a demarcações de terras indígenas, abre espaço para que o empreendedor questione ações de compensação ambiental e libera Estados e municípios para criarem as próprias regras de licenciamento.

O Estado teve acesso à versão mais recente do projeto da Lei Geral do Licenciamento, texto que passa por ajustes finais e deverá ir à votação. A proposta prevê que a Fundação Nacional do Índio (Funai) seja acionada em processos de licenciamento ambiental apenas em casos em que a terra indígena já tenha sido efetivamente homologada, ou seja, ficam de fora todos os demais casos em que os processos de demarcação estejam em andamento.

Na prática, o projeto determina que, se a terra indígena não foi homologada, ela não existe e, portanto, qualquer obra pode ser executada no local. Hoje isso é proibido. A proposta permite ainda que um empreendedor, após obter a licença de operação de seu projeto – autorização que libera o início efetivo do empreendimento –, terá prazo de até 15 dias para questionar condicionantes socioambientais que os órgãos do licenciamento tenham incluído no processo.

Pelas regras atuais, as licenças de operação são liberadas quando o empreendedor assume 100% dessas ações compensatórias. O terceiro ponto é o repasse, a Estados e municípios, da atribuição de definir normas regionais. Caberia a cada ente federativo do País, e não mais ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), determinar se um projeto pode ter uma licença simplificada e em fase única, ou se precisa de estudos

mais aprofundados e licenciamento em três etapas: licença prévia, de instalação e de operação.

Outro ponto estabelece que o licenciamento ambiental independe da emissão de documentos prévios pelos municípios, como certidão de uso do solo. Uma obra como Belo Monte, por exemplo, poderia ser licenciada sem o posicionamento prévio da cidade de Altamira, onde fica. Busca por consenso. Um dos principais articuladores da proposta, o deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), ex-presidente da FPA e atual líder tucano na Câmara, confirmou a intenção de levar o texto a plenário nos próximos dias.

“Nossa proposta é chegar a um texto de consenso e votá-lo o mais rápido possível. Não dá mais para ficar como está. Nosso objetivo não é acabar com o licenciamento, mas com a burocracia. Estamos dando método e prazo para que o processo seja feito, em vez de ficar sendo protelado por anos”, disse Leitão. “Em relação ao que não tivermos acordo, retiramos do texto e votamos depois como destaques ao projeto. Veremos como fica.

Quem pode mais chora menos”. O deputado Ricardo Trípoli (PSDB/SP), da bancada ambientalista, afirmou que não haverá acordo enquanto o projeto “flexibilizar” o licenciamento. “É isso que esse texto faz, e não vamos aceitar. O que queremos é uma modernização para que haja celeridade nos procedimentos”, disse.

Trípoli também questionou o capítulo que passa para os Estados o poder de decidir sobre o licenciamento. “Vamos ter uma guerra fiscal de licenciamento ambiental. O empreendedor vai pensar se no seu Estado não pode isso e no outro pode, então vou fazer a obra nele”, afirmou. “Querem que flexibilize porque nos Estados seria mais fácil convencer”. Procurados, Ibama, Funai e FPA não se pronunciaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Nakagawa

Título: EUA devem fixar cota para aço brasileiro

Secretário americano diz a chanceler do Brasil que País ‘não é um problema’ para Washington.

Os Estados Unidos indicaram ao Brasil que vão adotar um sistema de cotas para a entrada de aço importado sem restrição tarifária. A sinalização foi dada pelo secretário de comércio dos EUA, Wilbur Ross, em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. Na conversa, o secretário

reconheceu que o Brasil “não é um problema” para Washington na questão do aço e, por isso, terá o benefício.

O governo brasileiro comemorou. Após a crise comercial provocada pelo governo Donald Trump ao sobretaxar a entrada de aço importado em 25%, o imbróglio parece que começa a se resolver. Ontem, Ross indicou que Washington tem interesse em resolver rapidamente a situação do Brasil no tema e propôs a adoção de um sistema de cotas para o aço de países que não são considerados “problema”.

Brasil e Coreia do Sul foram mencionados, sendo que as conversas com os coreanos estão mais avançadas. Representantes dos dois governos estão em Lima, no Peru, para participar da VIII Cúpula das Américas.

Sem problemas.

Nesse novo sistema de cotas, Washington não adotará nenhuma sobretaxa para o aço previsto na cota de cada país.

A solução não deverá beneficiar China, Índia e Rússia. Ações de siderúrgicas reagiram positivamente e fecharam o dia em alta. Ao chanceler, o secretário norte-americano reconheceu que o aço do Brasil não é um problema para o governo Trump. O argumento é que, apesar de ser exportador do produto, a relação comercial entre os dois países é favorável para os EUA.

Além disso, as empresas brasileiras têm investimentos no país, inclusive com geração de empregos no segmento siderúrgico. O governo brasileiro acredita que o novo sistema deve ser anunciado até o fim do mês – quando termina a isenção temporária ao material vindo do Brasil. Caso as negociações se estendam, o secretário dos EUA indicou ao Brasil que eventual sobretaxa teria compensação tributária posterior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Daniela Lima

Título: Gasolina com fogo

Painel

Temer teve que acionar sua brigada de incêndio para contornar a confusão que se instalou após o novo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, anunciar, sem avisar o Legislativo, decreto que inclui a Eletrobrás no plano de

privatizações do governo. A missão é aplacar a irritação de Rodrigo Maia (DEM-RJ).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Gustavo Uribe Talita Fernandes De Brasília

Título: Temer busca reagir a cerco e diz que crítica não incomoda

Presidente se reúne com advogados e aliados para evitar nova crise política

Em resposta a revelação de que reforma da casa de uma filha foi paga por mulher de amigo, ministro vê perseguição

Acuado por suspeitas envolvendo amigos e família, o presidente Michel Temer estruturou nesta quinta-feira (12) um plano de reação na tentativa de não mergulhar em uma nova crise política.

Ele se reuniu com ministros da área política, líderes do governo e sua equipe de advogados para traçar ofensivas tanto no campo político como na área jurídica.

A estratégia é que, a partir da próxima semana, integrantes da base aliada utilizem o plenário da Câmara dos Deputados para defender a honra do presidente e classifiquem as acusações contra ele de uma “conspiração”.

O tom do discurso construído pelo Palácio do Planalto foi antecipado pelo ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun. Em entrevista, ele disse que Temer é vítima de “perseguição”.

O ministro se referia a reportagem da Folha, publicada nesta quinta-feira (12), que revelou que a mulher do coronel João Baptista Lima, amigo do presidente, pagou despesas de obra, em dinheiro vivo, de uma das filhas do emedebista, Maristela Temer.

“Eu vejo capítulos de uma perseguição e a agressividade de setores da sociedade”, disse. “Nós temos de ter um mínimo de zelo, a conspiração aconteceu e vivemos em outro momento”, afirmou.

Ele duvidou ainda da informação confirmada pelo fornecedor da reforma de que a mulher do coronel teria pago a obra com dinheiro vivo. “Não tenho como afirmar que isso é verdade e vejo como mais um capítulo dessa novela de perseguição.”

Segundo a Folha apurou, a reportagem irritou o presidente, sobretudo a exposição pública de sua filha. O receio de integrantes da equipe presidencial é que, no decorrer da investigação da Polícia Federal, ela possa ser chamada para depor e novos integrantes da família sejam também expostos.

Para evitar a divulgação de informações financeiras privadas de seus familiares, por exemplo, o presidente recuou no mês passado de promessa de divulgar seus extratos bancários a veículos de imprensa após quebra de sigilo determinada pelo ministro do STF, Luís Roberto Barroso.

‘CERCO’

Pela manhã, o presidente discutiu o assunto com ministros da chamada cozinha do Palácio do Planalto e almoçou com líderes da base aliada. Antes da refeição, teve audiência com o ministro da Justiça, Torquato Jardim, e com a ministra-chefe da AGU (Advocacia-geral da União), Grace Mendonça.

No encontro, discutiram acionar judicialmente procuradores da Força Tarefa da Operação Greenfield, que denunciaram o coronel e o advogado José Yunes, também amigo do presidente. No pedido de prisão preventiva de ambos, eles se referiram a Temer como “líder da organização criminosa”.

Na sequência, o presidente viajou a São Paulo, onde teve conversa com advogados. A ideia é reagir judicialmente em outras frentes ao que o próprio presidente tem classificado como uma tentativa de “cerco jurídico” contra ele.

“O presidente sabe o que fez e tem muita convicção de que agiu com correção. Certamente, ele e os advogados dele haverão de dar as explicações necessárias para demonstrar que não houve nenhum ilícito, nenhuma ilegalidade nesse episódio”, disse à Folha o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**.

Na primeira reunião da nova equipe ministerial, o presidente afirmou que não se incomodará com críticas. Em discurso, ele disse que, mesmo diante de protestos e ataques, o seu mandato não sofrerá abalos ou interrupções.

“Não vamos nos incomodar com as críticas, não vamos nos incomodar com aqueles que querem dizer que não pode. Nós vamos em frente, enquanto as pessoas protestam, a caravana do governo vai trabalhando”, disse.

IMPRENSA

Nos últimos dias, além de se queixar do que chama de “cerco jurídico”, Temer tem reclamado das críticas feitas por colunistas da imprensa à sua

administração, entre elas de que ele deveria ter convocado eleições gerais antecipadas após o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Com o recrudescimento das denúncias contra o entorno de Temer, assessores e auxiliares presidenciais têm defendido que ele desista de disputar uma eventual reeleição, hipótese que ele cogitou publicamente em março.

Para eles, uma campanha eleitoral tem potencial de apenas piorar a popularidade do emedebista, que, segundo a última pesquisa Datafolha, é de apenas 6%.

Segundo relatos, um dos maiores receios de Michel Temer é deixar o Palácio do Planalto como um presidente malquisto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Patrícia Campos Mello Sylvia Colombo Enviadas Especiaisalima

Título: Brasil terá de aceitar cotas para ficar isento de sobretaxa do aço, dizem EUA

Restrição voluntária é a saída mais rápida do impasse, diz secretário de comércio americano

Governo brasileiro resiste em aceitar essa proposta para evitar que indústria nacional tenha novos prejuízos

Em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, afirmou que a maneira mais rápida de o Brasil conseguir isenção permanente das tarifas sobre o aço brasileiro é concordar com restrição voluntária de exportações e estabelecimento de cotas, semelhante ao que foi negociado pela Coreia do Sul.

Brasil, Coreia do Sul, Argentina, Austrália e União Europeia tiveram as tarifas de 25% sobre aço e 10% sobre o alumínio suspensas até 30 de abril, enquanto negociam a exclusão definitiva das sobretaxas. Os EUA são os maiores compradores de aço brasileiro, e as tarifas podem gerar perda anual de US\$ 1,1 bilhão para o país.

A Coreia do Sul fechou um acordo se comprometendo a não ultrapassar uma cota equivalente a 70% da média exportada nos três últimos anos. Além disso, abriu mais seu mercado para a importação de carros dos Estados Unidos. Com isso, teve as tarifas suspensas.

Mas o governo brasileiro resiste em concordar com redução voluntária de exportações, que geraria perdas para o setor, e não cogita fazer concessões em outros produtos fora da cadeia do aço.

SINGULAR

Ross teria reconhecido a posição singular do Brasil e a complementaridade no setor do aço. O governo brasileiro argumenta que as sobretaxas sobre seu aço vão prejudicar diretamente as siderúrgicas americanas.

Elas compram do Brasil mais de 80% do produto sob a forma semiacabada para transformar em peças e vender a fabricantes de eletrodomésticos, automóveis e outros. Além disso, o Brasil importa US\$ 1 bilhão em carvão dos EUA, usado na fabricação de aço.

Ross aconselhou o Brasil a estimular empresas americanas a entrarem com pedidos de exclusão junto ao departamento de Comércio. Mas o processo tem sido burocrático e o departamento de comércio foi inundado com mais de 700 pedidos.

As indústrias americanas precisam pedir exclusão de determinada quantidade de certo produto vindo de um país específico, e provar que ele é essencial e insubstituível por um similar nacional.

Ele também reforçou a necessidade de cooperação no fórum mundial que trata do excesso de capacidade de produção na China, onde os dois países já colaboram.

O Escritório do Representante de Comércio dos EUA, o USTR, determinará quais países terão as tarifas suspensas de forma permanente. Além do Brasil, Argentina, União Europeia e Austrália estão negociando com o governo de Donald Trump.

O Canadá e o México também buscam uma exceção, mas como parte de um acordo na renegociação do Nafta.

O encontro também teve a participação do secretário de comércio exterior, Abrão Árabe Neto, e do secretário de Estado dos EUA em exercício, John Sullivan. Rússia, Turquia, Japão, Taiwan, China e Índia, que estão entre os 10 maiores exportadores, não estão na lista de suspensão e passaram a pagar tarifas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Combustível no Brasil tem alta com tensão síria

Com a alta das cotações internacionais do petróleo, os preços da gasolina e do diesel nas refinarias da Petrobras atingiram o maior valor desde que os reajustes passaram a ser diários, em julho de 2017.

Nesta quinta (12), a Petrobras anunciou aumento de 0,8% no preço da gasolina, que passará a ser vendida por suas refinarias a R\$ 1,6968 por litro a partir desta sexta (13). O diesel será elevado em 2%, para R\$ 1,9549 por litro.

Nos dois casos, é o quarto aumento seguido, com o preço do produto acompanhando a reação do mercado o risco de ação militar dos Estados Unidos na Síria.

Na semana, o preço do barril em Londres disparou, saindo da casa dos US\$ 67 na sexta (6) para a casa dos US\$ 72 —fechou em US\$ 72,01 nesta quinta. Na quarta (11), ultrapassou durante o pregão a barreira dos US\$ 73 pela primeira vez desde novembro de 2014.

“Embora não haja fundamentos econômicos, enquanto houver ameaça de guerra americana na Síria, o petróleo continuará neste patamar acima dos US\$ 70”, diz o consultor Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Decreto sobre privatização gera curto-circuito no governo

Confusão sobre a publicação de uma regra que destrava a venda da Eletrobrás mostra dificuldade entre equipes do governo em dialogar

A publicação de um decreto sobre a privatização da Eletrobrás provocou um curto-circuito entre as áreas econômica e política do governo.

O episódio demonstra dificuldade entre as duas equipes em acertar o que é considerado tema prioritário pela equipe econômica neste ano.

Nesta quarta (11), **o ministro Moreira Franco (Minas e Energia)** afirmou que seria publicado um decreto incluindo a empresa no Programa

Nacional de Desestatização, ato legal necessário para iniciar os estudos técnicos para a venda de ações da estatal.

O decreto não saiu e pegou de surpresa o ministro Eduardo Guardia (Fazenda), que achava que a publicação havia sido feita nesta quinta (12). “Estou repetindo o que o ministro Moreira disse ontem, que o decreto ia sair. Vamos atualizar isso”, disse Guardia.

O ministro Carlos Marun (Articulação Política) afirmou que o governo decidiu segurar o decreto, porque a mensagem foi mal interpretada pelos parlamentares.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), indicou que não gostou da iniciativa, uma vez que a promessa do governo era aprovar antes a venda no Congresso e só depois desatar o processo de privatização.

“Houve uma confusão no sentido de que esse decreto poderia ser um caminho para tanto [atropelar o Congresso]. Por isso, estamos reavaliando os termos do decreto, para que fique claro que o objetivo é dar continuidade aos estudos para a capitalização. Não queremos que pareça uma forma de ultrapassar a discussão no Congresso”, disse Marun.

Marun disse ainda que o decreto “deve ser publicado”, sem apontar uma data.

ESPERA

Sem o texto, o processo de venda fica em compasso de espera. A expectativa da equipe econômica é que o Congresso dê sinal verde ainda no primeiro semestre à privatização. Só assim seria possível concluir a operação de aumento de capital e venda de ações ainda em 2018.

Marun tentou afastar o clima de desarticulação do governo ao amenizar críticas de parlamentares que alegam pouco trânsito de Moreira no Congresso. “O ministro é uma pessoa que tem toda capacidade técnica, tem conhecimento político, mas em nível de articulação ele pode ser auxiliado por outros setores do governo”, afirmou.

Mais cedo, ao discursar na abertura de reunião ministerial, o presidente Michel Temer colocou um “se” no processo de desestatização, adicionando incertezas nas intenções do governo.

“No caso da Eletrobrás, se vier a ser privatizada, como se espera. Privatizada não. Mas aumentar a presença das ações de natureza privada na Eletrobrás, há

um fundo criado especialmente com vários milhões ou bilhões para a revitalização no Rio São Francisco”, disse ele.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Arina Dias Julio Wiziack

Título: 'Sem dinheiro na Eletrobrás, apagão vai ser inevitável'

ENTREVISTA Moreira Franco, 73

PARA NOVO **MINISTRO DE MINAS E ENERGIA**, IDEOLOGIA NÃO PODE SER INSTRUMENTO PARA PUNIR AS PESSOAS COM FALTA DE LUZ

Em seu primeiro dia à frente do **Ministério de Minas e Energia**, **Moreira Franco** afirmou à Folha que, caso o governo não consiga aprovar a capitalização da Eletrobrás, o país correrá o risco de um apagão. “Não podemos cometer o erro de fazer da ideologia uma ferramenta para punir as pessoas”, afirmou.

Sua nomeação pelo presidente Michel Temer gerou dúvidas de que teria capacidade de articulação suficiente para aprovar a medida no Congresso. Moreira assumiu o cargo com uma queda de 15% nas ações da Eletrobrás.

O ministro negou ainda que sua transferência na Esplanada tenha sido planejada para que ele não perdesse o foro especial, já que é investigado na Lava Jato.

Folha -O sr. assume o cargo com a missão de privatizar a Eletrobrás. Conseguirá?

Moreira Franco - A Eletrobrás é uma prioridade porque ninguém quer um apagão no Brasil. Não podemos cometer o erro de fazer da ideologia ferramenta para punir as pessoas, que hoje não conseguem viver sem energia elétrica. Para nossa relação, é indispensável ter valores. Agora, a ideologia para problemas que a aritmética resolve é um desastre.

Se não privatizar, há risco de o país ter um apagão?

Se não capitalizarmos a Eletrobrás, o apagão é inevitável.

Esse é um bom argumento para convencer o Congresso?

Se não tivermos robustez na produção e na distribuição de energia, a hipótese é essa.

Mas o governo não tem receita para capitalizar.

Exatamente por isso que a capitalização terá de ser feita com a participação privada. Se tivéssemos recursos, a discussão seria em outro patamar. Temos uma empresa que projeta já a necessidade de recursos do Tesouro para manutenção da sua sobrevivência no padrão que está, não é de melhoria.

As projeções indicam que vai haver aumento de demanda de energia. Para produzir e garantir o crescimento da economia, precisa de energia. Se não capitalizarmos, estaremos condenando o país a viver um padrão de vida muito mais penoso do que em meados do século passado.

Esse processo ainda enfrenta resistência no Congresso.

O governo não vai perder o seu papel estratégico de cuidar da produção adequada e da distribuição correta de energia com a capitalização. Vai ter uma empresa mais robusta e, ao mesmo tempo, as ações da empresa valorizadas. O acordo de acionistas garante poder de veto [para a União]. Já tivemos experiências muito bem-sucedidas na Vale, na Embraer, na telefonia. Não há por que essa intransigência.

O mercado reagiu mal à sua nomeação, porque acha que o sr. não terá condição de aprovar essa medida. As ações da Eletrobrás chegaram a cair 15%. Qual sua leitura?

Caíram e, depois, subiram. É natural. Tem de ter cuidado com o que se diz, o que não se diz, a espetacularização tem de ser controlada.

E a saída de técnicos, como o secretário-executivo, Paulo Pedrosa, e o presidente da EPE, Luiz Barroso?

Cargo aqui não é efetivo.

Por que o decreto que incluiria a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização não saiu nesta quinta (12)?

É meu primeiro dia aqui. Eu já assinei o decreto, mas me disseram que foi para outro canal antes de chegar para o despacho do presidente. Claro que vai sair.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), diz que o senhor não tem boa articulação com o Congresso, e o relator do projeto, José Carlos Aleluia (DEM-BA), diz que não vê movimentação na base para aprovar a medida. A intransigência está aí?

Tenho certeza de que o presidente da Câmara vai usar toda a capacidade de articulação e espírito público que ele tem para me ajudar, ajudar os brasileiros a terem a capitalização aprovada e, com isso, a perspectiva de não sofrer as consequências de falta de energia no futuro.

Vai caminhar na comissão ou há a possibilidade de levar direto ao plenário?

O regimento permite ao presidente fazer isso [levar direto ao plenário]. O ideal é que se cumpra o prazo e se vote na comissão para, depois, votar em plenário.

Mas o prazo é muito curto, são apenas dois meses.

O tempo político é dado pela política, não pelo relógio.

Do ponto de vista político, o que faz esse relógio andar mais rápido?

Não é só em relação à Eletrobrás. Todos nós precisamos fazer um grande esforço para que o Legislativo retome seu ritmo no período que antecede o processo eleitoral.

O sr. então está otimista quanto à aprovação em dois meses?

Claro.

O Tribunal de Contas da União pode questionar a venda das distribuidoras de energia da Eletrobrás. Como o sr. pretende lidar com isso?

É um problema grave. Você tem regras que precisam ser cumpridas. Se não der certo, é imperativo liquidá-las.

A sua transferência da Secretaria-Geral ao Ministério de Minas e Energia foi para garantir a manutenção do foro?

Isso está no âmbito da luta política. Os meus adversários dizem isso e acho natural que digam.

Se eu tivesse essa preocupação [de manter o foro], teria sido ministro logo no início do governo Temer [sua secretaria não tinha status de ministério]. Até me foi oferecido, mas eu não quis. Eu disse: “Não, eu não preciso”. Depois, outras atribuições me foram dadas, e isso exigia um nível de envolvimento e autoridade maior, então me foi dado o status de ministro

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Alessandra Azevedo**Título:** Futuro da Eletrobrás ainda indefinido

A privatização da Eletrobrás continua entre as prioridades da agenda econômica do governo, garantiu ontem o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, após reunião da nova equipe ministerial com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto. Mas, na prática, o futuro da estatal é incerto. Além das dificuldades que o Congresso Nacional tem tido para tocar projeto de lei que detalha as regras desse processo, a medida provisória que incluiria a empresa no Plano Nacional de Desestatização (PND) está para caducar: com validade até 1º de junho, ainda não foi votada pelos parlamentares.

Além disso, não saiu o decreto presidencial que colocaria a empresa diretamente no PND, embora o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, tenha anunciado, na quarta-feira, que o documento seria publicado ontem. O governo mudou de ideia, segundo o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, para não dar a impressão de atropelar o Congresso nesse debate. Diante da confusão que a iniciativa poderia trazer, já que há uma proposta com o mesmo teor no Legislativo, a decisão foi a de esperar momento mais oportuno e rever o conteúdo do documento.

Marun garantiu que o decreto ainda será publicado, mas em “parceria e sintonia” com os parlamentares. “Não temos a intenção de fazer isso sem que seja deliberado no Congresso. Houve uma confusão no sentido de que esse decreto poderia ser um caminho para tanto. Por isso, estamos avaliando”, explicou. Seja por MP ou por decreto, incluir a Eletrobras no PND é uma etapa necessária para que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possa levar adiante os estudos a respeito da privatização da estatal.

Após reunião com Guardia na tarde de ontem, o relator do projeto de lei da privatização da Eletrobrás na comissão especial, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), afirmou que o decreto anteciparia uma questão que está sendo discutida na Câmara. “Se fosse necessário, tudo bem, mas não é”, disse. “O projeto está dizendo claramente que a Eletrobrás será reestruturada”, completou. A proposta de privatização vai caminhar “na velocidade que o Congresso permitir”, acrescentou o relator, que pretende apresentar parecer na comissão em maio.

O Planalto sabe que não há garantia de que a proposta receberá o aval dos parlamentares em pleno ano eleitoral e não conta com ela para fechar as contas de 2018. Segundo Guardia, os recursos que entrariam nos cofres públicos, R\$ 12

bilhões, já foram direcionados a uma conta reserva, o que significa que o governo não precisará fazer ajustes financeiros caso não consiga avançar na privatização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Folhapress, de Lima (Peru)

Título: EUA querem estabelecer cotas para aço do Brasil

Em reunião com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira Filho, o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, afirmou que a maneira mais rápida de o Brasil conseguir isenção permanente das tarifas sobre o aço brasileiro é concordar com restrição voluntária de exportações e estabelecimento de cotas, semelhante ao que foi negociado pela Coreia do Sul.

Brasil, Coreia do Sul, Argentina, Austrália e UE tiveram as tarifas de 25% sobre aço e 10% sobre o alumínio suspensas até 30 de abril, enquanto negociam a exclusão definitiva das sobretaxas. Os EUA são os maiores compradores de aço brasileiro, e as tarifas podem gerar perda anual de US\$ 1,1 bilhão.

A Coreia do Sul fechou um acordo se comprometendo a não ultrapassar uma cota equivalente a 70% da média exportada nos três últimos anos. Além disso, abriu mais o mercado para a importação de carros dos EUA. Com isso, teve as tarifas suspensas.

O governo brasileiro resiste em concordar com redução voluntária de exportações, que geraria perdas para o setor, e não cogita fazer concessões em outros produtos fora da cadeia do aço.

Ross teria reconhecido a posição singular do Brasil e a complementaridade no setor do aço. O governo brasileiro argumenta que as sobretaxas sobre o aço vão prejudicar diretamente as siderúrgicas americanas. Elas compram do Brasil mais de 80% do produto semiacabado para transformar em peças e vender a fabricantes de eletrodomésticos, automóveis e outros. Além disso, o Brasil importa US\$ 1 bilhão em carvão dos EUA, usado na fabricação de aço.

Ross aconselhou o Brasil a estimular empresas americanas a entrarem com pedidos de exclusão junto ao Departamento de Comércio. Mas o processo tem sido burocrático e o departamento foi inundado com mais de 700 pedidos. As indústrias americanas precisam pedir exclusão de determinada quantidade de certo produto vindo de um país específico e provar que ele é essencial e insubstituível por um similar nacional.

Ele também reforçou a necessidade de cooperação no fórum mundial que trata do excesso de capacidade de produção de aço na China, onde os dois países já colaboram.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt, Daniel Rittner e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Governo e Congresso não se entendem sobre decreto da Eletrobrás

O governo ainda não alinhou posição com a Câmara dos Deputados sobre a publicação do decreto que inclui a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND). **O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, havia prometido publicar a decisão ontem no "Diário Oficial da União", o que não ocorreu.

Declarações dadas ontem pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), indicaram que o decreto poderia não ter saído por novos desentendimentos do parlamentar com o governo. Maia manifestou descontentamento com o anúncio da publicação. Disse que o anúncio não aconteceu porque o Planalto assegurou que não usaria o instrumento para dar andamento à privatização da Eletrobrás. "O Palácio disse que não haverá decreto", afirmou Maia ao **Valor**.

Moreira Franco afirmou que a publicação não saiu por questões burocráticas. Ele teria assinado o decreto, na tarde quarta-feira, dia da solenidade de transmissão de cargo de ministro. Segundo ele, o texto havia sido protocolado pela pasta no Sidof, o sistema informatizado para tramitação de documentos do governo, e depende agora de análise da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Fontes no Palácio do Planalto afirmaram que não há previsão para concluir a análise. O certo, segundo um auxiliar direto de Michel Temer, é que o ato não sairia hoje novamente no "Diário Oficial da União" e que dependeria da assinatura de Temer.

Moreira se recusou, no entanto, a comentar declarações do presidente da Câmara de que o decreto não sairá. "Não vou ficar alimentando conflito", limitou-se a dizer.

No Planalto, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, ponderou que houve "confusão" em relação ao decreto, que visa dar continuidade aos estudos para a capitalização da Eletrobrás, e não atropelar os interesses do Congresso que discute o tema.

"Houve uma confusão com esse decreto. Estamos avaliando os termos para que fique claro", disse Marun, em entrevista após a reunião ministerial no Planalto. "O decreto deve ser publicado". E enfatizou que os estudos em relação ao tema precisam avançar. O líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), chegou a acionar o Planalto após críticas de parlamentares, entre eles o próprio Maia, sobre o decreto.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator da privatização da Eletrobrás, disse ontem que o decreto "antecipa" o que está para ser definido no Projeto de Lei 9463/2018. "O decreto antecipa algo que está sendo discutido no Congresso. Se fosse necessário para alguma coisa, mas não é no momento", afirmou o deputado depois de reunião com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

O deputado Hugo Motta (PRB-PB) tentou ontem minimizar o embate travado entre o governo e o presidente da Câmara. "É muito mais especulação do que conflito de fato, pois não tenho notado isso", disse o deputado, que é presidente da Comissão Especial criada para discutir a privatização.

Para Motta, o presidente da Câmara tem feito o esforço de contribuir com o governo em relação ao plano de privatização da estatal. "O presidente tem procurado ajudar, e ajudou ontem [quarta-feira] nesse acordo que foi feito. Espero que esse clima de harmonia possa continuar. No final, é claro que quem tiver voto vai vencer", afirmou o deputado ao sair de reunião com Moreira Franco, na sede do Ministério de Minas e Energia.

Aleluia considera que o atraso no debate do tema na Câmara deve jogar para maio a votação do seu relatório na Comissão Especial. "Acho que o assunto vai deslizar para o início de maio."

O relator espera que o debate flua a partir de agora, pois foram aprovadas as primeiras audiências públicas com representantes do setor. "Acho que semana que vem já está garantido que vai ter trabalho. Teremos duas audiências, com o presidente da Eletrobrás e o conjunto de pessoas indicadas pelos partidos de oposição, do mundo sindical e acadêmico", afirmou.

Ainda não foi descartada a possibilidade de levar o PL diretamente à votação no plenário da Câmara se não houver evolução no debate na comissão. "Para Isso, é necessário que a maioria da casa, 257 deputados, aprove o requerimento de urgência. Esse não é o desejo, mas é uma possibilidade", disse.

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior, disse ter sentido "compromisso genuíno" do governo com os esforços para a privatização da estatal. "Minha visão, pelo que ouvi do presidente, do Moreira Franco, do

Guardia e do Dyogo foi que devemos manter força e foco total na privatização", disse em São Paulo.

A contratação do assessor que vai trabalhar na modelagem da operação deve sair nesta quinzena, disse o presidente da estatal. Segundo ele, esse assessor terá a missão de fazer a modelagem da cisão da Eletronuclear e da usina de Itaipu, que não podem ser privatizadas por restrições legais.

"Trabalho com cronograma de terminar esses trabalhos em agosto, até no máximo começo de setembro, para que tenhamos uma assembleia de acionistas em setembro", disse o executivo. Com isso, será possível fazer a capitalização da companhia depois da divulgação do balanço do terceiro trimestre, em meados de novembro.

Sobre a negociação com a Petrobras para transferir a dívida da Amazonas Distribuidora com a petroleira para a Amazonas Geração e Transmissão, o executivo disse estar "muito otimista". "Nessa semana avançamos muito", disse ele, lembrando que o prazo final para a conclusão da desverticalização da Amazonas Energia, fundamental para a privatização da distribuidora, termina 30 de abril.

A capitalização da Eletrobrás, que deve resultar na privatização da companhia por meio da diluição da participação da União na companhia, não está limitada aos R\$ 12 bilhões previstos pelo governo como pagamento da outorga da descotização da companhia, disse Ferreira Junior. "Nada impediria uma capitalização maior, o que poderia impedir são as condições de mercado", disse. **(Colaboraram Cristiane Bonfanti, de Brasília, e Camila Maia, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Lucinda Pinto | De São Paulo

Título: Ações mostram ceticismo maior no mercado com operação

As recentes mudanças no **Ministério das Minas e Energia (MME)** foram um elemento adicional a reforçar o ceticismo do mercado sobre o espaço para a privatização da Eletrobrás ainda este ano. Ainda que os preços das ações ainda não tenham devolvido todo o ganho observado desde o anúncio pelo governo de que a companhia passaria por um processo de desestatização, em 21 de agosto de 2017, gestores de fundo de investimento e analistas atribuem hoje baixa probabilidade de o projeto avançar nos próximos meses.

A troca de comando do MME e uma debandada de técnicos de cargos de segundo escalão do setor, iniciada no fim da semana passada, provocou uma

desvalorização de 9,17% na ação ordinária da estatal em uma única sessão. Desde então, a queda acumulada já alcança 13,73%. Essa desvalorização ainda não apaga os ganhos do papel desde o anúncio da privatização, que hoje soma 35,77%. Mas em relação à máxima alcançada em 23 de fevereiro, de R\$ 29,23, quando o mercado ampliou as fichas no avanço do projeto, o papel tem uma queda de 34%.

"Com o Temer fraco, fica muito difícil", afirma o gestor de um fundo paulista, que tem acompanhado de perto a evolução das negociações sobre o tema. "Se o Temer colocar foco na privatização, eu acho que sairia. A questão é que parece que ele está mais preocupado com a próxima denúncia contra ele do que com a Eletrobrás."

Para um outro economista, as mudanças fizeram com que mais gente no mercado tirasse a concretização da operação "do preço".

A confiança na desestatização da gigante do setor elétrico, há anos castigada por alto endividamento, ineficiência e ingerência política, tanto na definição de suas políticas quanto na escolha de seus gestores, vem perdendo força porque o mercado sabe que, quanto mais a eleição presidencial se aproxima, mais difícil tornam-se as negociações políticas. A escolha de Moreira Franco, visto como um político que terá dificuldades para levar o projeto adiante no Congresso, corroborou essa visão mais pessimista.

A privatização da Eletrobrás acabou entrando, junto com a reforma da Previdência, na lista das medidas que foram encaminhadas pelo governo Temer, mas que só devem ser implementadas pelo próximo governo. Por isso, o vaivém eleitoral deve influenciar diretamente a confiança dos agentes nesse evento. Até aqui, é possível dizer que o mercado não se encorajou a eliminar completamente dos preços a chance da privatização acontecer. Grandes fundos mantêm suas posições na estatal, porque sabem que, caso o negócio avance, essas ações vão subir muito mais. Ao mesmo tempo, para se tornarem atrativas a novos compradores, os papéis teriam de cair muito mais.

Quando foi feito, o anúncio da privatização da Eletrobrás pegou o mercado financeiro de surpresa, num momento em que os investidores ainda se recuperavam do estrago provocado pelo adiamento da votação da reforma da Previdência por causa do vazamento da delação feita pelos executivos da JBS, que envolveu o presidente Michel Temer. Foi um choque positivo, definem os profissionais, que se estendeu para além das ações da estatal. Isso porque o tema desestatização entrou na pauta do mercado, após alguns anos.

O fato do evento não ter se concretizado vai na contramão dessa expectativa positiva, mas é parcialmente compensado por outros movimentos, como a

venda da BR Distribuidora e de alguns outros ativos da Petrobras, por exemplo. Agora, dizem analistas, a expectativa deve se voltar para a definição da cessão onerosa da Petrobras, talvez um dos últimos itens possíveis da agenda positiva planejada pelo governo Temer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Privatização é primeiro teste de novo ministro na política

Mencionado nos bastidores como um negociador duro e "sem jogo de cintura" para a política, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, terá seu primeiro teste no novo cargo com as discussões sobre o projeto de desestatização da Eletrobrás. Ele começou nesta semana o contato com parlamentares com o objetivo de fazer com que a proposta avance no Congresso.

"Vamos iniciar nesta semana uma interlocução com o relator e concentrar os esforços no Congresso para que a gente possa votar [o projeto de desestatização]", disse à imprensa após reunião ministerial com o presidente Michel Temer no Palácio do Planalto. Ainda ontem, ele teve uma reunião com o responsável pelo projeto na Câmara, o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA).

O encontro com Aleluia foi a segunda reunião de Guardia (de acordo com os registros da agenda do ministro) com um parlamentar após sua nomeação no novo cargo - antes disso, ele só havia se encontrado com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Guardia colocou a desestatização da Eletrobrás como uma de suas principais prioridades à frente da Fazenda. Apesar disso, a aprovação neste ano é vista com ceticismo nos bastidores e no mercado devido à resistência de parlamentares ao tema. O governo precisa de aval do Congresso para permitir a desestatização da Eletrobrás por meio do projeto de iniciativa do Executivo hoje no Congresso.

Mesmo com as resistências, Guardia continua defendendo a desestatização dizendo que o processo fortalecerá o mercado de capitais, melhorará as finanças da empresa e ainda trará recursos aos cofres públicos.

Após seu nome ter sofrido resistência nos bastidores justamente por conta da suposta falta de "jogo de cintura" para a política, Guardia chamou para si a responsabilidade nas negociações na área econômica ao dizer que, se há algum problema de diálogo, a Fazenda terá que resolver. "Sabemos que a implementação [de medidas de interesse do governo] dependerá de mudanças

legislativas e só será possível mediante atuação conjunta dos Poderes constituídos. Será crucial o diálogo com Legislativo", disse ele à imprensa na quarta.

O ministro também vem defendendo que tem experiência no diálogo e sugere que a fama de "duro" nos bastidores é por conta dos interesses fiscais. "Sempre tive interação com o Parlamento. [Mas] às vezes, de maneira serena e tranquila, cabe ao Ministério da Fazenda colocar a restrição orçamentária".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Rosas | Do Rio

Título: ANP amplia oferta de áreas sem procura

A diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) aprovou na quarta-feira a inclusão, no Primeiro Ciclo da Oferta Permanente de Áreas, dos 46 blocos não arrematados na 15ª Rodada de Licitações, realizada em 29 de março. O Primeiro Ciclo, que previa 838 áreas em 12 bacias, passará a contar com 884, em 15 bacias sedimentares, somando 345.882,88 quilômetros quadrados.

Os 46 blocos estão localizados nas bacias de nova fronteira de Parnaíba (8) e Paraná (13) e nas bacias marítimas de Ceará (11), Potiguar (6), Sergipe-Alagoas (5) e Santos (3). Dessas bacias, somente Ceará e a porção marítima da Bacia Potiguar não estavam incluídas na proposta inicial para o Primeiro Ciclo da Oferta Permanente.

A Oferta Permanente de Áreas está prevista no artigo 4º da Resolução CNPE nº 17/2017 e consiste na oferta contínua de campos devolvidos (ou em processo de devolução), de blocos exploratórios ofertados em rodadas anteriores e não arrematados e também dos blocos devolvidos à Agência. Até o momento, a diretoria da ANP aprovou realização de dois ciclos.

Em nota, a ANP destacou que aprovou no dia 4 o Segundo Ciclo da Oferta Permanente de Áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural. Foram selecionados 1054 blocos de 20 bacias sedimentares terrestres e marítimas, de nova fronteira e maduras, totalizando 441.478,014 quilômetros quadrados: 85 blocos em sete bacias terrestres e 969 em 13 bacias marítimas. Os blocos selecionados para o Segundo Ciclo da Oferta Permanente serão divulgados no site das rodadas de licitações até 30 de abril de 2018, quando os agentes econômicos poderão obter informações mais detalhadas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Especial**Autor:** Cláudia Schüffner | Do Rio**Título:** Coral ameaça renovação da Bacia de Campos

A Bacia de Campos, a velha senhora por onde começou a produção marítima de petróleo no Brasil, na década de 70, vai passar por uma fase de renovação que exigirá novos investimentos em equipamentos e plataformas. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), 22 plataformas instaladas em Campos já têm mais de 25 anos de operação e terão que parar em cerca de cinco anos.

Em todo o país, 42% das 158 plataformas existentes entre as bacias do Nordeste e a de Santos, ou seja 67 unidades, estão na situação, explica Marcelo Mafra, gerente-executivo segurança operacional e meio ambiente da agência. Esse grupo inclui também 21 plataformas na Bacia de Sergipe-Alagoas e cerca de 10 na bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte.

Para conseguir renovar, ou paralisar definitivamente, a produção em campos maduros, a indústria esbarra em um inimigo minúsculo, o coral-sol, espécie que está espalhada pela costa brasileira e compete com outras espécies de coral, podendo matá-las. Segundo biólogos, o coral-sol chegou ao país na década de 1980. É encontrado em locais com grande movimentação de plataformas de perfuração e produção de petróleo e representa um potencial aumento de custos e dores de cabeça para o setor petrolífero.

Para estender a vida útil de campos maduros ainda viáveis economicamente - onde o petróleo é extraído há duas ou três décadas, mas ainda existem reservas - ou parar a produção em definitivo é preciso retirar os equipamentos instalados. O processo exige desde a cimentação de poços com perfuração de novos, até a retirada de plataformas e equipamentos submarinos. Tanto a renovação quanto a devolução das áreas implicam custos. Na indústria, o processo é chamado de descomissionamento. Os equipamentos obsoletos e com desgaste precisam ser retirados e descartados em local seguro, obedecendo regulamentação do Ibama, da ANP e da Marinha.

Segundo a ANP, existem no momento seis plataformas offshore e três dutos terrestres em fase de descomissionamento. Outras três plataformas fixas atualmente no campo de Cação, na Bacia de Campos, tiveram pedidos de descomissionamento aprovados pela agência.

Não existe previsão de custos desse descomissionamento no Brasil, mas uma projeção feita pela consultoria Wood Mackenzie para a região da Ásia Pacífico é de que serão gastos US\$ 100 bilhões naquela região na próxima década. Aqui a

preocupação da indústria é que ainda não há uma regra sobre como lidar com o coral-sol e outras questões envolvendo a desativação dos campos e plataformas.

As autoridades ambientais querem evitar que o coral-sol, considerado uma espécie bioinvasora, seja carregado para a superfície junto com os equipamentos substituídos ou que vão ser descartados. O objetivo é evitar que a retirada de equipamentos possa trazer para a superfície o invasor incrustado em uma plataforma ou linhas de produção instaladas há 30 ou 40 anos.

"Não se não pode deixar nenhum passivo ambiental lá, você tem que limpar aquela área e existem as regras para a limpeza. A outra hipótese é fazer um recife artificial, como foi feito em alguns lugares do mundo. E aí você tem que monitorar para sempre, para saber se o que foi deixado lá pode produzir algum efeito danoso para o ambiente nos próximos anos", diz Telmo Ghiorzi, diretor da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro).

Algumas das plataformas em idade avançada que deverão parar a produção nos próximos anos estão instaladas em águas rasas, onde o coral-sol consegue se desenvolver, e outras estão na Bacia de Campos, em águas profundas, onde ele não sobrevive, devido às baixas temperaturas. "Entre 2018 e 2022, as empresas terão que tomar uma decisão, seja para descomissionar as áreas para devolver ou para estender a vida útil da instalação", explica Mafra, da ANP.

A empresa com mais projetos maduros é a Petrobras, pioneira da exploração e produção no Brasil, mas a Shell também opera áreas que estão se tornando maduras, como o campo Bijupirá-Salema. Outra que tem um campo adquirido na chamada Rodada Zero, em 1999, é a Chevron, operadora do campo de Frade.

A ANP analisa atualmente os processos para devolução de 41 campos, sendo 15 no mar e 26 em terra. Segundo a agência, ainda não é possível determinar quantas instalações de cada um desses campos serão retiradas. A expectativa de novos investimentos na Bacia de Campos, que já produziu cerca de 12 bilhões de barris de petróleo, ocorre em um momento de envelhecimento dos equipamentos instalados nas décadas de 70 e 80.

O volume já produzido equivale a dois terços das reservas provadas na Bacia de Campos. A aposta do diretor-geral da agência, Décio Oddone é que com a oferta permanente de áreas (já oferecidos em leilão), e modernização dos será possível estender a vida útil dos campos. Na média, 24% do petróleo acumulado nos reservatórios foi extraído, na Noruega a fração recuperada varia de 38% a 67%.

Pelos cálculos de Oddone, cada 1% de aumento no fator de recuperação da Bacia de Campos exigirá investimentos R\$ 16 bilhões que vão gerar R\$ 11 bilhões em royalties. "Nós vamos acelerar a retomada da atividade em Campos. O primeiro passo deve ser a inclusão de blocos nessa bacia na rodada permanente", diz Oddone.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Espécie disputa com javali e mexilhão o título de invasor mais prejudicial

Atualmente o coral-sol, o javali e o mexilhão-dourado são as três espécies invasoras consideradas prioritárias para a elaboração e implementação de Planos Nacionais de Prevenção, Controle e Monitoramento do Ministério de Meio Ambiente (MMA).

Espécies invasoras encontram vantagens competitivas porque não têm inimigos naturais e por isso ameaçam a sobrevivência das espécies nativas.

Agora, o Ministério do Meio Ambiente quer mitigar seu impacto sobre a biodiversidade brasileira. Espécies exóticas invasoras podem causar prejuízos não só ao ambiente natural, mas também à economia e à saúde, podendo provocar impactos sociais e culturais.

Um diagnóstico sobre a invasão do coral-sol feito em conjunto pelo Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) mostra que as duas espécies encontradas no país - *Tubastraea coccinea* e *Tubastraea tagusensis* - já se espalharam pelo Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Sergipe.

Entre os locais com maior presença estão as baías da Ilha Grande, Sepetiba, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Armação dos Búzios e no Arquipélago das Cagarras, no litoral fluminense. Mas as espécies invasoras também chegaram à Baía de Todos os Santos, na Bahia, às paulistas Ilhabela e no Arquipélago de Alcatrazes, ambos na região de São Sebastião, à Ilha do Arvoredo, em Santa Catarina, Vitória, Espírito Santo, e Acaraú, Sergipe.

As duas espécies de coral-sol que chegaram ao Brasil são hermafroditas e incubadores e se reproduzem através de larvas de forma assexuada ou sexuada. Essas são estratégias reprodutivas e de sobrevivência típicas de espécies oportunistas, que fazem com que a proliferação seja muito rápida, aponta um diagnóstico feito em conjunto pelos três órgãos.

O documento afirma que o coral-sol já demonstrou sua "superioridade frente a importantes espécies de corais brasileiros", entre eles os construtores de recifes, como os das espécies *Mussismilia hispida* e *Siderastrea stellata*. Os estudos também mostraram menor presença de espécies nativas em áreas invadidas pelo bioinvasor. Ele também compete por espaço com espécies consideradas de interesse econômico como o mexilhão *Perna perna*.

A incrustação de coral-sol é observada em plataformas de petróleo "e outras estruturas e embarcações associadas à exploração de petróleo e gás em portos, setores de construção naval e mineração. Para impedir a proliferação existem restrições para toda a cadeia de infraestrutura, o que inclui instalações portuárias, estaleiros e terminais.

Entre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 previstas na resolução Conabio nº 6/2013 está a implementação de medidas para "evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias", como é o caso do coral-sol.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Órgãos preparam revisão da norma que regula retirada de equipamentos

Atualmente a ANP, Ibama e Marinha estão trabalhando na revisão da resolução 27, da ANP, que estabelece as regras para a troca de equipamentos com a finalidade de estender a produção ou abandono e devolução das áreas. Marcelo Mafra, da ANP, explica que a resolução 27 é de 2006 se tornou obsoleta.

"Ela tem vários 'gaps' de definição e o que buscamos é justamente fazer uma atualização nos moldes dos sistemas de gestão de segurança operacional, em que definimos práticas de gestão para as empresas buscarem as melhores práticas da indústria de petróleo e gás", diz Mafra.

A nova resolução deve ficar pronta entre julho e agosto. Ele explica que uma parte importante dessa regulamentação é a realização de estudos de avaliação de riscos multicritério, que levam em conta várias variáveis, entre elas a segurança operacional, a segurança ambiental e regras de negócios, entre outros.

Os estudos de risco multicritério revelam qual a melhor decisão a ser tomada, e se um determinado equipamento precisa ser retirado ou é melhor que fique no leito marinho.

"Existem também outros tipos de contaminação muito mais complicados do que o coral sol, como por exemplo a contaminação com material radioativo de ocorrência natural. E é preciso avaliar se vale à pena retirar um equipamento que está lá embaixo com resquícios de elementos radioativos, trazer para a superfície e acondicionar em uma zona portuária".

A nova regulamentação vai buscar reunir os conhecimentos do Ibama, ANP e Marinha para dar o que Mafra chama de melhores diretrizes para o mercado. "Queremos fugir das jabuticabas e ter uma regulamentação robusta que esteja aderente às boas práticas internacionais".

E também vai regular o descomissionamento de equipamentos instalados em campos maduros no país. Nesses casos, as plataformas mais antigas, que operam em águas rasas sendo fixadas no berço marinho, podem ter destinos variados. Se estiverem a até 80 metros de profundidade, a regra determina que os equipamentos e a plataforma sejam retiradas completamente.

Em profundidades maiores as possibilidades vão desde o corte da estrutura - com o casco indo para a costa e virar sucata ou sendo "tombado" no mar para se tornar um recife artificial - enquanto as "pernas" da estrutura podem continuar fixadas no mar desde que não atrapalhem a navegabilidade.

O vice-almirante Wilson Pereira de Lima Filho, diretor de Portos e Costas da Marinha, explica que não há como se falar em normas específicas. "O importante é que as instalações estejam registradas em cartas náuticas. E desde que haja entendimento prévio sobre a profundidade para não afetar a navegação", explica.

Até o momento, o projeto mais complexo do país é o de revitalização dos campos de Marlim e Voador, da Petrobras, que vai exigir a troca de uma série de plataformas, entre elas a P-33 e seus respectivos sistemas submarinos, em uma área considerada pelo Ibama como de altíssima relevância biológica pela ocorrência de corais de águas profundas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | De Bilbao (Espanha)

Título: Brasil recebe 18% de todo investimento global da Iberdrola

Controladora da Neoenergia, a gigante espanhola Iberdrola planeja participar dos próximos leilões de linhas de transmissão e de geração de energia do Brasil neste ano e estudar oportunidades de aquisições de empresas do setor no país. Além desses planos, a companhia já prevê investir no país de € 5,8 bilhões

(cerca de R\$ 24,4 bilhões) entre 2018 e 2022. O valor equivale a 18% dos desembolsos globais previstos pelo grupo no mesmo período.

"Ano passado houve alguns leilões para linhas de transmissão e para renováveis [eólicas]. E ganhamos vários desses leilões. E seguiremos nessa linha. Vai haver uma série de oportunidades de privatização de parte da Eletrobrás [das distribuidoras]. Estudaremos", afirmou o presidente mundial da Iberdrola, Ignacio Galán, que está em Bilbao, na Espanha, para a assembleia anual de acionistas do grupo.

Questionado sobre as recentes informações circuladas no mercado brasileiro com relação a um eventual interesse da Neoenergia em adquirir o controle da distribuidora paulista Eletropaulo, o executivo desconversou. Ele disse ter sido informado sobre as notícias que circularam no Brasil, mas afirmou que esteve concentrado nos últimos dias na preparação dos documentos para a assembleia, que deverá reunir mais de 3 mil pessoas.

Sobre os leilões de geração, o executivo contou que a empresa possui cerca de 1.500 megawatts (MW) de capacidade instalada de projetos eólicos cadastrados na Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para disputar o próximo leilão, do tipo "A-6", que negociará contratos de fornecimento de energia de novos empreendimentos com início de suprimento em 2024. O leilão está marcado para 31 de agosto.

Com a reestruturação da Neoenergia, no ano passado, a partir da incorporação da Elektro, que atende parte de São Paulo e Mato Grosso do Sul e que pertencia integralmente à Iberdrola, o grupo espanhol passou a deter o controle da Neoenergia, com 52,45% de participação. Os demais acionistas, Previ e Banco do Brasil, tiveram as participações reduzidas a 38,2% e 9,35%, respectivamente.

No ano passado, os acionistas tentaram realizar uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla inglês), que foi cancelada, em dezembro, por não haver consenso com relação ao preço da oferta. A operação foi prejudicada pela proximidade das festas de fim de ano e pela ocorrência de dois IPOs expressivos na mesma época: da BR Distribuidora e do Burger King.

Grupo tem no país sete hidrelétricas, 17 parques eólicos, uma térmica, quatro distribuidoras e linhas de transmissão

Questionado sobre a possibilidade de uma nova tentativa de IPO, Galán explicou que o interesse em realizar a oferta partiu dos demais sócios e que, por compromisso com eles, a Iberdrola apoiaria a operação. "Se [os demais acionistas da Neoenergia] quiserem [fazer o IPO], nós faremos", completou.

Perguntado sobre o impacto do momento político brasileiro, da eleição presidencial deste ano e das recentes mudanças no comando do **Ministério de Minas e Energia** nos planos da Iberdrola, o presidente mundial da companhia disse não estar especulando e que o interesse do grupo no país é de longo prazo.

"Somos uma empresa com 120 anos. Não somos especuladores financeiros. Somos uma empresa que se dedica a produzir, distribuir e vender energia elétrica. Sabemos que passamos momentos bons, momentos piores, momentos ruins, que troca governo, troca situações. Nesses 120 anos, tivemos guerras civis, guerras mundiais, ditaduras, repúblicas. Tivemos tudo. E nosso compromisso segue o de manter as pessoas conectadas. Essa é a nossa linha de atuação. Queremos investir no Brasil. Veremos as oportunidades", afirmou Galán. "Nosso compromisso não é com o governo, é com o país", afirmou.

O presidente da Iberdrola destacou ainda a decisão da classificadora de risco Moody's, que reafirmou a nota de crédito (ratings) do Brasil nos últimos dias.

Talvez o presidente de companhia energética mundial que está há mais tempo no cargo (ele comanda a Iberdrola desde 2006), Galán poderá ter um novo mandato de quatro anos aprovado em 2019, o que o manteria à frente da companhia até 2023, garantindo a execução integral do plano 2018-2022. O executivo, que completará 68 anos em setembro, disse que essa decisão cabe à assembleia de acionistas.

No Brasil, após a reestruturação da Neoenergia, Galán assumiu o posto de presidente do conselho de administração da elétrica brasileira, sinalizando o interesse do grupo espanhol pelo país. O Brasil responde hoje por 16% do Ebitda mundial da Iberdrola (€ 7,3 bilhões) e por algo entre 7% e 10% do lucro líquido global da companhia (€ 2,8 bilhões), com trajetória de crescimento dessa participação.

Por meio da Neoenergia, a Iberdrola possui no Brasil 3.162 MW instalados, distribuídos em sete hidrelétricas, 17 parques eólicos e uma térmica. A empresa também detém 13,9 mil km de linhas de transmissão e quatro distribuidoras: Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS).

O repórter viajou a convite da Iberdrola

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio e Bilbao

Título: Grupo espanhol planeja aplicar no país R\$ 1,3 bilhão em smart grid

A Iberdrola planeja investir R\$ 1,3 bilhão em redes inteligentes de energia elétrica, conhecidas como "smart grid", no Brasil, entre 2018 e 2022. A estimativa está incluída na estratégia da companhia de aplicar aproximadamente € 5,8 bilhões (o equivalente a R\$ 24,4 bilhões) no país no mesmo período. Até o fim da próxima década, o Brasil deverá se tornar o maior mercado de distribuição do grupo, em número de clientes, alcançando 17 milhões de unidades consumidoras. E, dependendo do avanço regulatório brasileiro, a companhia espera atingir a universalização do atendimento digital para todos os seus clientes no país até 2030.

O primeiro projeto de redes inteligentes da companhia no Brasil será realizado pela Elektro, distribuidora que pertence à Neoenergia, empresa da qual a Iberdrola passou a maioria do capital (52,45%), no ano passado.

Com investimentos de R\$ 103 milhões, o projeto piloto da Elektro será implantado em Atibaia, no interior de São Paulo. A iniciativa prevê a instalação de medidores inteligentes em 73 mil unidades consumidoras da Elektro, que correspondem por 3% do total de clientes da distribuidora. A meta é reduzir pela metade os indicadores anuais de duração e frequência de consumo, passando de dez horas para cinco horas e de seis vezes para três vezes, respectivamente.

O projeto da Elektro está diretamente relacionado com a estratégia global da Iberdrola, que investe em digitalização no setor elétrico desde 2007. Pela legislação espanhola, a companhia é obrigada a universalizar a digitalização de sua rede de distribuição até o fim deste ano. Para isso, a Iberdrola acumulou investimentos de € 950 milhões (aproximadamente R\$ 4 bilhões) nos últimos dez anos.

Na Espanha, os resultados foram uma redução de 27% do indicador de duração de interrupção, passando de 73 minutos por ano, em 2010, para 53 minutos por ano, em 2017. No mesmo período, o índice de perdas recuou 13%, passando de 7,6% para 6,6%, restando praticamente apenas perdas técnicas.

"Cumprimos as obrigações e aproveitamos as oportunidades", afirmou o diretor global de Redes Inteligentes da Iberdrola, Nicolás Arcauz, que esteve no Brasil na última semana para participar do UTC América Latina (UTC AL Summit 2018), mais importante seminário da região sobre tecnologia da informação e comunicações para empresas de utilidade pública, no Rio.

Embora os investimentos em digitalização no Brasil sejam menores em comparação com a Espanha, a Iberdrola tem ambições no país, que responde por 43% do total de clientes (13,6 milhões de unidades) e 28% do total de

energia consumida (64 terawatts-hora ano) do negócio global de distribuição da Iberdrola, que também possui distribuidoras na Escócia e Estados Unidos.

Considerando apenas o crescimento vegetativo, a Iberdrola prevê que, até 2030, o Brasil ultrapassará a Espanha em número de clientes atendidos pelo grupo, totalizando 17 milhões de unidades consumidoras e se consolidando como principal ativo de rede de distribuição da companhia no mundo. "Para nós, o Brasil é muito importante", explicou Arcauz.

Para que o grupo possa atingir a universalização da digitalização de sua rede de distribuição no Brasil, porém, a regulação brasileira precisa acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Na prática, para que os investimentos em digitalização da rede elétrica possam ser realizados em larga escala, eles precisam ser reconhecidos pela Aneel e, com isso, serem incluídos nas tarifas de energia.

A expectativa entre os participantes do UTC AL Summit 2018 foi a de que a Aneel lançará no segundo semestre uma consulta pública para discutir o tema dos investimentos em digitalização. A abertura da consulta pública está incluída na agenda regulatória da autarquia para 2018.

Apesar de um impacto na tarifa de energia, Arcauz destacou que a implementação da digitalização em larga escala deverá reduzir os custos dos equipamentos, que são repassados ao consumidor. Segundo ele, na Espanha, quando o número de medidores digitais implantados cresceu de 100 mil para 3,3 milhões, o custo do aparelho caiu para 44% do valor inicial.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras já investiu US\$ 1,5 bilhão para recompor área de exploração

Depois de reduzir sua carteira de ativos exploratórios nos últimos anos, a Petrobras começa a recompor o seu portfólio. Desde a retomada dos leilões, em 2017, a companhia desembolsou R\$ 5,1 bilhões (US\$ 1,5 bilhão), para incorporar 17 novos blocos exploratórios a sua carteira. Em licitações marcadas por forte competição entre as principais petroleiras globais, só não teve participação mais intensa do que a ExxonMobil, que investiu R\$ 6 bilhões para arrematar 19 áreas.

Antes de voltar às compras, a estatal passou quatro anos, entre 2013 e 2017, sem comprar ativos. Em 2015, a empresa optou por, pela primeira vez na história, ficar de fora de uma licitação de áreas exploratórias. Desde 2014,

quando entrou numa crise financeira, pressionada pela queda dos preços do barril e pelos desdobramentos da Operação Lava-Jato, a empresa pisou no freio nas atividades exploratórias e devolveu 53 concessões à União.

Agora, a intenção da companhia é começar aos poucos a intensificar as atividades exploratórias. Com previsão de investimentos de US\$ 6,6 bilhões na atividade de exploração de novas descobertas de óleo e gás até 2022, a Petrobras pretende dobrar a média anual de poços perfurados nos próximos anos, de 15 para 29 poços.

O foco da empresa está nas áreas localizadas em águas profundas. Segundo o professor do Grupo de Economia de Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Edmar de Almeida, a Petrobras está focando sua exploração em áreas de menor risco exploratório.

"A Petrobras está saindo das áreas de novas fronteiras exploratórias e focando em blocos em regiões onde ela tem uma vantagem comparativa maior, onde já possui infraestrutura e onde pode captar uma sinergia com a base de ativos atuais", disse o economista.

A companhia ainda possui uma carteira bastante ampla, composta por 140 blocos exploratórios espalhados por 19 bacias diferentes (*veja tabelas acima*), mas vem enxugando seu portfólio. Ao longo dos últimos anos, a Petrobras se desfez, por exemplo, de todo seus ativos exploratórios nas bacias do Amazonas, Solimões e Parecis.

Nos novos leilões, a atenção tem se voltado praticamente para o pré-sal das bacias de Santos e Campos. Dos 17 blocos arrematados pela petroleira em leilões desde o ano passado, apenas um é terrestre (na Bacia do Paraná). Os demais estão localizados em águas profundas, nas bacias de Campos, Santos e Potiguar.

"A Petrobras está focando nos ativos com a cara dela, em águas profundas, aproveitando-se da expertise do pré-sal", avalia o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires.

Segundo Edmar de Almeida, a Petrobras tem hoje um portfólio de alta qualidade que a coloca num patamar privilegiado no mercado, em termos de capacidade de renovação de reservas. Ele explica que o corte de investimentos em exploração foi uma tendência global nos últimos anos, devido à perda de margem do setor, com a queda dos preços do barril, mas que o sucesso dos recentes leilões no Brasil demonstra que as petroleiras estão de volta às compras.

Para os próximos leilões, a Petrobras sinaliza que se manterá ativa. A empresa já manifestou o direito de preferência pela aquisição de três dos quatro blocos do pré-sal que serão oferecidos na 4ª Rodada de partilha, em junho. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, tem reforçado que a estratégia da empresa é ser seletiva e entrar com parceiros.

"Entendemos que nesses campos onde há maior necessidade de investimentos e, portanto, há um nível maior de risco, o modelo mais adequado é o de parcerias", afirmou o executivo, no mês passado, ao comentar sobre a participação da estatal nas licitações deste ano.

Nos quatro leilões em que participou, desde o ano passado, a companhia adquiriu 15 dos 17 blocos arrematados com seis diferentes parceiros: ExxonMobil, BP, Qatar Petroleum, Statoil, CNODC e Repsol Sinopec.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Estatal elogia nova regra de conteúdo local da ANP

A Petrobras classificou como positiva a flexibilização na política de conteúdo local, aprovada na quarta-feira pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A regulamentação do pedido de perdão pelo não cumprimento dos compromissos de nacionalização abre a possibilidade de que percentuais mais baixos sejam aplicados aos contratos vigentes.

As petroleiras terão duas opções: manter as condições dos atuais contratos, com a garantia de recorrer ao "waiver" para obtenção de eventual perdão, ou poderão celebrar um aditivo contratual, sujeitando-se aos novos percentuais de conteúdo local, mais baixos do que aqueles fixados nos contratos originais, desde que abram mão do direito de solicitar o perdão.

Em comunicado à imprensa, a Petrobras destacou que as mudanças nas regras, anunciadas pela ANP, são resultado de uma "negociação intensa" e "melhoram o sistema vigente, estimulando investimentos e contribuindo para o aperfeiçoamento regulatório do setor de óleo e gás".

"A Petrobras reconhece a liderança da ANP neste processo e mesmo havendo defendido proposta diferente daquela regulamentada, considera a decisão positiva", cita, em nota, em referência a mudança dos índices de nacionalização propostos pela agência.

Inicialmente, a ANP havia proposto que o conteúdo local para plataformas, em contratos em vigor, fosse de 25%, mas acabou revendo o percentual para 40%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Usiminas Mecânica leva contrato da Gerdau

A Usiminas Mecânica, controlada da Usiminas da área de bens de capital e que até pouco tempo atrás estava na prateleira de ativos à venda da siderúrgica mineira, fechou contrato para realizar a manutenção de um dos altos-fornos da Gerdau, em Ouro Branco (MG). A subsidiária vai contratar temporariamente 860 pessoas para o serviço. Não foram revelados os valores do serviço.

A ideia da Usiminas, contudo, ainda é fazer o desinvestimento do negócio. Atualmente, a unidade opera com menos de 20% de ocupação, apurou o **Valor** e vem operando com prejuízo.

Esse tipo de contrato é o que tem mantido a Mecânica, originalmente uma fábrica de bens de capital complexos, de pé. A desaceleração da economia na primeira metade da década, seguida pela recessão, ajudaram a praticamente zerar as encomendas à empresa, que atualmente tem baixa rentabilidade.

Em 2013, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da operação era de R\$ 6 milhões. O índice gerencial chegou a atingir R\$ 87 milhões em 2015, mas caiu para R\$ 12 milhões no ano seguinte. Em 2017, foi registrado Ebitda negativo de R\$ 33 milhões, influenciado, em parte, por perdas de R\$ 22 milhões relacionadas ao programa Regularize, de regulação fiscal em Minas Gerais.

O contrato com a Gerdau vale para o período de abril a agosto e vai levar à contratação de funcionários nas cidades mineiras de Congonhas e Conselheiro Lafaiete, além de Ouro Branco. "Entre as ações que serão implementadas para reforçar a segurança, estão os treinamentos específicos sobre a metodologia executiva do projeto e a aplicação das práticas de segurança", explica a Usiminas.

Apesar da obra, a Mecânica ainda é considerada não estratégica. Questionada, a siderúrgica mineira respondeu que "avaliará eventuais propostas que venham a ser feitas para a compra da empresa de bens de capital".

O ativo foi colocado na prateleira para ser vendido, inicialmente, em 2011, com a contratação do Credit Suisse para cuidar da desmobilização. Foi suspenso

naquele e voltou a ser ofertado em 2015 pelo banco. Nenhuma proposta firme apareceu. No início do passado, o banco perdeu o mandato.

De acordo com fontes, entretanto, uma transformadora de aço chegou a conversar com a siderúrgica para pagar cerca de R\$ 300 milhões pela Mecânica, o que foi prontamente vetado por parte da diretoria. Analistas julgavam em 2016 que o negócio poderia render no máximo R\$ 500 milhões ao caixa da Usiminas.

Criada nos anos 70, a empresa atuava em projetos de montagem industrial, fabricação de equipamentos, pontes e estruturas metálicas, naval e "offshore", óleo e gás, fundição e vagões ferroviários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Trump cogita elevar a mistura de etanol na gasolina nos EUA

O horizonte turbulento que a indústria americana de etanol vislumbrava para este ano poderá mudar da água para o vinho. Em breve declaração à imprensa ontem, o presidente americano Donald Trump disse que "provavelmente" autorizará a venda de gasolina misturada com 15% de etanol durante o ano inteiro nos EUA.

Se confirmada, a medida abrirá à indústria de etanol daquele país um mercado consumidor do tamanho do brasileiro e elevará a demanda dessa indústria por milho (matéria-prima para a produção do etanol no país), alterando a competitividade dos EUA no comércio global do biocombustível - ainda que não no curto prazo. Essa indicação vem na contramão dos sinais dados nos últimos meses pelas autoridades americanas, que vinham reduzindo as perspectivas de apoio ao Programa de Combustíveis Renováveis (RFS).

Atualmente, os postos americanos vendem gasolina com até 10% de etanol misturado (E10). Normalmente não o fazem, mas podem até vender com uma mistura de 15% - menos no verão, por causa da maior volatilidade do combustível sob altas temperaturas - o que, para defensores da indústria do petróleo, prejudica os motores.

"Nós vamos trabalhar em algo durante esse período de transição, que não é fácil, muito complicado", afirmou Trump. A curta declaração, porém, não ofereceu mais detalhes sobre os próximos passos do governo. Ainda não está claro se essa autorização teria que passar pelo crivo da Agência de Proteção

Ambiental (EPA), que neste governo tem provocado a ira do setor de biocombustíveis do país.

A permissão para a venda do E15 o ano todo abriria para as usinas americanas um mercado potencial de 26 bilhões de litros, segundo Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro. Esse volume adicional equivale a todo o etanol (hidratado e anidro) vendido pelas usinas da região Centro-Sul do Brasil na safra passada (2017/18).

Para Nastari, uma mudança dessa magnitude mudaria "totalmente" o mercado mundial de etanol, já que os EUA são, já há anos, os maiores exportadores. "Isso tira boa parte da pressão que o excedente exportável americano coloca no mercado mundial, inclusive para destinos como o Brasil."

Desde 2013, os EUA vêm aumentando suas exportações de etanol e tomaram o lugar do Brasil na liderança desse comércio. No ano passado, 67% do etanol exportado no mundo era americano, segundo a Datagro. Quatro anos antes, essa participação era de 63%. O espaço foi conquistado às custas da queda das exportações brasileiras, que em 2017 representaram apenas 19% dos embarques globais.

O excedente de produção nos EUA, que no ano passado foi de 5 bilhões de litros, é garantido justamente pelas limitações ao aumento da mistura na gasolina, observa João Paulo Botelho, analista da consultoria INTL FCStone.

Mas foi por causa do preço do milho que os EUA abocanharam mercados pelo mundo. Nos últimos anos, grandes safras nas Américas do Norte e do Sul derrubaram o preço do grão a tal nível que conferiram competitividade à indústria americana de etanol, já que o milho responde por 90% do custo de produção, lembra Nastari.

Antes da declaração de Trump, Geoff Cooper, vice-presidente executivo da Associação de Combustíveis Renováveis (RFA), disse ao **Valor** que o setor continuaria aumentando suas exportações neste ano. A associação previa embarques entre 5,3 milhões e 6,1 milhões de litros de etanol em 2017, ante 5 milhões no ano passado.

A avaliação era que, sem alteração na mistura, o etanol adicional iria para "algum mercado". "Certamente o mercado de exportação é importante para isso", disse.

Apesar da guerra comercial travada com a China, Cooper ressaltou que o etanol americano tem outros mercados para elevar as exportações: Canadá, México, Índia e Filipinas. Ele considerava que poderia haver um "pequeno aumento" dos embarques ao Brasil, dada a demanda esperada para este ano no país.

A autorização para o E15 nos EUA, porém, pode impactar os preços do milho e, consequentemente, a competitividade do etanol americano. Na safra atual, as destilarias dos EUA devem adquirir 141,6 milhões de toneladas, segundo o Departamento de Agricultura do país (USDA), ou 38% da safra americana. Se toda a gasolina vendida nos EUA passar a ter 15% de etanol, a indústria teria de comprar mais de 200 milhões de toneladas por ano.

Apesar do horizonte que se abre, a concretização de toda essa demanda não é garantida. Botelho, da FCStone, diz que levaria um tempo para que distribuidores, postos e consumidores se adaptassem ao novo limite. Nastari avalia que é "cedo" para traçar estimativas, mas acredita que "os EUA não vão sair do mercado global".

Neste ano, a indústria americana de etanol vem recebendo más notícias para seus negócios, como a alta de 10,8% dos preços futuros do milho na bolsa de Chicago desde o início do ano, ou o benefício conquistado por várias refinarias junto à EPA para não cumprir os mandatos de mistura previstos no RFS.

Se essa conjuntura se mantiver e não houver autorização para o E15, a saída mais provável para o setor é apostar no mercado externo e, no limite, reduzir a oferta interna, segundo Cooper, da RFA. "As margens ainda estão positivas para a maior parte da indústria, mas não muito. Se virmos mais aumento nos preços do milho ou queda do etanol, podemos ver alguma redução na produção".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Grupo Delta Energia cria gestora voltada ao setor

O Grupo Delta Energia lançou ontem a Delta Energia Asset Management (Deam), gestora de recursos independente voltada para o setor de energia, e que já começará assumindo um fundo de R\$ 1 bilhão captado no ano passado pela companhia em parceria com a Credit Suisse Hedging-Griffo (CSHG).

A presidência da gestora foi assumida por Luiz Fernando Vianna, que ocupava a presidência brasileira da usina binacional de Itaipu até o fim de março.

"Planejamos lançar outros fundos operados pela gestora. Nossa perspectiva é chegar a um total de R\$ 5 bilhões em cinco anos", disse Vianna ao **Valor**.

A Delta e a CSHG concluíram em setembro do ano passado a captação de R\$ 1 bilhão pelo CSHG Delta Energia FIM Crédito Privado Longo Prazo, em apenas 42

dias. Fechado para aportes ou resgates por cinco anos, a expectativa de retorno para o investidor, na época do lançamento, era de 20% a 25% ao ano.

Segundo Vianna, cerca de 60% dos recursos já foram integralizados, e o objetivo é concluir 100% até o fim deste ano. "Esse é um desafio meu, integralizar o total o quanto antes. Mas, em paralelo, já temos conversas para formatar outros fundos que poderão ser lançados."

Os recursos do primeiro fundo estão sendo utilizados para que a Beta Energia, nova comercializadora lançada pela Delta no ano passado, possa aproveitar oportunidades de compra e venda de energia no mercado livre ou fazer pré-pagamento de contratos.

Também não está definido se o CSHG continuará sendo o parceiro nos próximos fundos. "Logicamente, conversamos sempre com o Credit, que foi nosso parceiro no primeiro fundo. A princípio, não pensamos em outra entidade", afirmou Vianna.

Segundo ele, a captação bem sucedida mostrou a credibilidade do Grupo Delta, e a confiança na sua habilidade de lidar com eventuais mudanças no setor elétrico. "Estamos preparados, temos uma equipe com expertise que acompanha o movimento do mercado", afirmou.

Vianna assumiu o comando de Itaipu no começo do ano passado. Antes disso, ele ocupou a presidência da estatal paranaense Copel desde 2014. Para o executivo, a rotina em Itaipu era mais "desacelerada", e a dinâmica agitada da gestora foi o que o motivou a aceitar o convite do Grupo Delta. "Estou muito empolgado para encarar o desafio", disse.

MME / ASCOM .